

# CONGRESSO ENCERRA ATIVIDADES

**Matérias em pauta terão de esperar posse das novas bancadas**

Nenhuma das matérias em pauta no Congresso deve ser votada até a posse das novas bancadas, em 1º de fevereiro, apesar de restar ainda uma semana de mandato remunerado aos atuais parlamentares. Projetos polêmicos como a "Lei Rita Camata", que limita os gastos da União com a folha de pagamento do funcionalismo a 60% do total, terão de aguardar a próxima legislatura. O projeto passou pela Câmara mas a falta de acordo entre os partidos impediu sua aprovação no Senado. Ontem, apenas 36 deputados compareceram à sessão da Câmara, que só poderia ser aberta com um mínimo de 52 parlamentares.

As férias do Congresso deixaram acumuladas 65 Medidas Provisórias enviadas pelos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A MP do Plano Real, por exemplo, está para ser votada até hoje, embora a moeda esteja vigorando há sete meses. As mensalidades escolares também estão congeladas desde abril sem

Raimundo Vilela/Ministério/ABE/09/94



JORNAL DA TARDE

**Élcio Álvares**

que seja votada a MP que define a conversão para o real. Apesar disso, os parlamentares estão recebendo em janeiro, além do salário, uma ajuda de custo para "limpar a pauta".

Vários projetos serão arquivados no dia 1º e terão que ser re-presentados, devido à falta de quórum ou por bloqueio político. Neste caso inclui-se o pedido do governo de São Paulo ao Senado para emitir letras do Tesouro com o objetivo de liquidar dívidas tra-

balhistas, aumentando ainda mais o endividamento do Estado. A matéria foi incluída na pauta em regime de urgência, mas dependia de parecer do relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que bloqueou o pedido.

A Câmara vai herdar, ainda, o projeto que concede pensão vitalícia aos ex-presidentes da República, já aprovado no Senado, que pode garantir a terceira aposentadoria a Fernando Henrique. Também está incluído na pauta dos futuros deputados o projeto do deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ) fixando o início do ano fiscal em 1º de julho.

"O que me parece é que as bases governistas no Congresso estão esperando um pronunciamento do governo para traçar uma direção", afirmou o senador Élcio Álvares (PFL-ES), que assumiu informalmente o papel de líder do governo. Segundo ele, "o que não se votou fica para a próxima", porque a possibilidade de quórum durante a semana é mínima,